CONVOCAÇÃO

Decreto Municipal nº 1.056/2009, artigos 10, 11 e 12

DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 15/10/2026 (quinta feira)
Início: 13H30
Local: Sala de reuniões da Maringá Previdência

O Presidente do Conselho Deliberativo convoca todos os membros para reunião ordinária, a tratar dos seguintes assuntos:

Pauta:

1) Relatório de Receitas e Despesas do mês de setembro de 2026, para ciência;

2) Recurso ao conselho – revisão do indeferimento – não enquadramento para aposentadoria por PCD – Luiz Carlos Munhos;

3) Assuntos Gerais.

Douglas Galvão Vilardo
Presidente do Conselho Deliberativo

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Conselho Deliberativo da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7700 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

ATA DE REUNIÃO 20

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA, A DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA. Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 13h30min, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Maringá Previdência, ordinariamente, na sede da Maringá Previdência, com a presença dos membros: Douglas Galvão Vilardo (Presidente), Hermes Salgueiro da Silva (Vice-Presidente), Damaris Gonçalves Josepetti (Secretária), Denis Roberto Biasotto, Edson Testi Barandas, Renata Dias de Souza Gomes, Robison Caldardo Glade e Wenderson Pino Perez. Estiveram presentes, também, o Diretor de Gestão Previdenciária, José da Silva Neves, e o Gerente Financeiro e Membro do Comitê de Investimentos, Leandro dos Santos Domingos. Dando início à reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos e submeteu a pauta à apreciação dos conselheiros. **Item 1º - Relatório de Receitas e Despesas do mês de setembro de 2026, para ciência.** Em conformidade com os relatórios apresentados, o Fundo em Repartição apresentou saldo bancário de R$ 18.581.242,01 em 30/09/2026, enquanto o Fundo em Capitalização registrou saldo bancário de R$ 1.381.276.797,69 na mesma data. Também foi apresentado o saldo bancário da Taxa Administrativa, no valor de R$ 23.969.472,86. Nos relatórios apresentados, que seguem anexos a esse processo, constam detalhadas as receitas e despesas dos Fundos em Repartição e Capitalização, bem como do Órgão Gerenciador, contemplando as contribuições patronais, contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, rendimentos de aplicações financeiras, compensação previdenciária, aposentadorias, pensões e demais despesas administrativas. Quanto às aposentadorias e pensões, constam no Fundo em Repartição: 2.902 aposentados e 602 pensionistas, totalizando 3.504 beneficiários, com 5.795 servidores ativos. Já no Fundo em Capitalização, constam 1.326 aposentados e 324 pensionistas, totalizando 1.650 beneficiários, com 5.461 servidores ativos. No consolidado, registra-se 11.256 ativos e 5.154 inativos, resultando numa equivalência de 2,18. Após os esclarecimentos prestados e as manifestações dos presentes, o Conselho de Administração declarou-se ciente do relatório apresentado. **Item 2º - Recurso ao conselho – revisão do indeferimento – não enquadramento para aposentadoria por PCD – Luiz Carlos Munhos.** O Presidente do Conselho Deliberativo, Douglas Galvão Vilardo, concedeu o uso da palavra ao Conselheiro Hermes Salgueiro da Silva, para apresentação do respectivo parecer, cuja conclusão segue transcrita: *"Considerando a legislação constitucional e municipal aplicável, bem como a comprovação documental apresentada através do resultado da avaliação biopsicossocial realizada pela equipe multiprofissional, comprovando que o servidor não atende os requisitos legais para enquadramento como pessoa com deficiência para fins de aposentadoria, voto pelo* ***INDEFERIMENTO*** *do recurso interposto."* Após os esclarecimentos prestados, o Presidente do Conselho Deliberativo colocou em votação o referido parecer, que foi aprovado por unanimidade. **Item 3º - Assuntos Gerais.** a) A conselheira Renata Dias de Souza Gomes questionou se a Maringá Previdência tem conhecimento sobre uma nova precificação do Osasco Properties Fundo de Investimento Imobiliário FII. O servidor Marcio Douglas Rissato Maia informou que localizou uma nova precificação na CVM e que, diante disso, a Maringá Previdência oficializou ao referido fundo solicitando o laudo de avaliação, cujo documento foi encaminhado pelo fundo, onde se comprova a nova avaliação encontrada na CVM. Além disso,

informou, também, que foi encaminhado outro expediente, solicitando a relação completa dos cotistas do fundo, cujo pedido foi negado pelo fundo. Foi esclarecido pelos conselheiros Douglas Galvão Vilardo e Denis Roberto Biasotto que o Presidente dessa autarquia, ato contínuo a informação de uma nova precificação, bem como para apurar demais atos cometidos pelo gestor do citado fundo, visando obter maiores detalhes sobre as recorrentes negativações se dirigiu a cidade de São Paulo, para visita técnica com a pessoa jurídica especializada em fundos de investimentos com escopro de obter lastro jurídico, contábil e econômico, para tomar as medidas administrativas e judiciais cabíveis. b) O conselho ratifica o deliberado em reuniões anteriores de que cada conselheiro poderá participar de, no máximo, dois cursos/congressos/palestras/capacitações fora da cidade de Maringá, ao ano. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Damaris Gonçalves Josepetti, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada digitalmente pelos presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Damaris Gonçalves Josepetti**, **Secretário(a) de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Galvão Villardo**, **Presidente de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Hermes Salgueiro da Silva**, **Vice-Presidente de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Pino Perez**, **Membro de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Testi Barandas**, **Membro de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Dias de Souza Gomes**, **Membro de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Denis Roberto Biasotto**, **Membro de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Robison Caldardo Glade**, **Membro de Conselho**, em 15/10/2026, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro dos Santos Domingos**, **Gerente Financeiro (a)**, em 15/10/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **José da Silva Neves**, **Diretor(a) de Gestão Previdenciária**, em 15/10/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9849680** e o código CRC **CE207AFD**.

Referência: Processo nº 03.99.00001087/2026.75 SEI nº 9849680

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA

PARECER N. 04/2026
PROCESSO N. 03.31.00000077/2025.09
RECORRENTE: LUIZ CARLOS MUNHOS - Matrícula 20683

I. DO RELATÓRIO

Irresignado o segurado supra move recurso em face da Decisão Administrativa exarada nos presentes autos, que fulcrado em parecer jurídico, entendeu por indeferir pedido do recorrente.

Trata o pedido de análise da revisão do não enquadramento como pessoa com deficiência – PCD, com vistas à concessão de aposentadoria na forma da legislação previdenciária aplicável.

Isto porque o contido no Laudo de Caracterização das Deficiências, emitido pela Saúde Ocupacional do Munícipio de Maringá e a pela Assistência Social da Maringá Previdência, que, após a realização da avaliação biopsicossocial do servidor, foi constatado que o mesmo não preenche os requisitos necessários para requerer aposentadoria da pessoa com deficiência, no termos da Lei Complementar nº. 142/2013 e 1517/2025-MGAPREV, conforme classificação do grau de deficiência nela prevista.

O setor de Gestão Previdenciária e Financeira da autarquia manifestou nos autos informando à NAP que o servidor anexou o Mandado de Injunção nº. 817909, em razão da inexistência, à época, de legislação municipal disciplinando a aposentadoria da pessoa com deficiência no âmbito do Munícipio de Maringá, bem como a Emenda Constitucional nº. 103/2019, o §4º do art. 40 da Constituição Federal que posteriormente passou a prever que lei complementar do respectivo ente federativo poderá estabelecer requisitos diferenciados de idade e tempo de contribuição para aposentadoria de servidores com deficiência, condicionando o reconhecimento desse direito à prévia avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Informou ainda que no âmbito municipal, a matéria foi regulamentada pela Lei Complementar Municipal nº. 1.517/2025, cujo art. 6º, §§ 3º e 4º, estabelece que:

> - considera-se pessoa com deficiência aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas; e
>
> - o deferimento da aposentadoria fica condicionado à realização de prévia avaliação biopsicossocial por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Autos remetidos ao Núcleo de Assunto de Pessoal da Procuradoria-Geral que considerando os fatos e informações que instruem os autos pronunciaram:

"O laudo SEI nº. 9026895, produzido por equipe multiprofissional e interdisciplinar, na forma exigida pelo art. 40, § 4º.-A, da CF e pelo art. 6º., § 4º., da LC nº. 1.517/2025, apurou ***7.650 pontos****, superando o limite máximo de 7.584 pontos da deficiência leve. Vale dizer: o servidor pode possuir limitações de saúde relevantes, mas, sob o critério biopsicossocial legalmente eleito,* ***não se qualifica como pessoa com deficiência pra fins previdenciários.***

O laudo pericial goza de presunção de legitimidade e veracidade e, por versar sobre matéria técnica, não pode ser afastado pela Administração sem prova técnica em sentido contrário.

À Administração é vedado, ainda, ampliar hipótese de aposentadoria diferenciada por interpretação extensiva, dada a excepcionalidade dos regimes de aposentação especial (art. 40, § 4º., CF; art. 18 da LC nº. 1.517/2025) e a estrita legalidade (art. 37, caput, CF), sob pena de responsabilização e de negativa de registro pelo TCE/PR (art. 46 da LC nº. 1.517/2025".

Concluiu opinando *pelo "****INDEFERIMENTO*** *do requerimento de enquadramento como pessoa com deficiência e, por consequência, do pedido de aposentadoria especial do art. 6º da LC Municipal nº. 1.5172025, ante a conclusão negativa da avaliação biopsicossocial realizada por equipe multifuncional e interdisciplinar (7.650 pontos, acima do teto legal de 7.584), com a cientificação pessoal do servidor, com entrega de cópia do lado (SEI nº. 9026895) e do presente parecer, informando-lhe o prazo e a via recursal (art. 47)".*

Como relatado, o parecer transcrito foi inteiramente acolhido fundamentando a decisão da Presidência da Maringá Previdência.

II. DOS FUNDAMENTOS

Inicialmente, cumpre destacar que o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá rege-se pela legislação municipal vigente, especialmente pela Lei Complementar nº. 1.517/2025, que estabelece as regras aplicáveis aos benefícios previdenciários, inclusive quanto da aposentadoria Especial do Servidor com Deficiência:

Art. 6º., § 2º. Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve, bem como a comprovação na condição de segurado com deficiência, para os fins deste artigo, observados os parâmetros definidos para o segurado do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Art. 6º., § 3º. Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata o caput, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Segue o parecer da PROGE referindo-se ao Laudo SEI n º. 9026895, produzido por equipe multiprofissional e interdisciplinar, na forma exigida pelo art. 40, § 4º., da CF e pelo art. 6º., § 4º, da LC nº. 1.517/2025, que apurou 7.650 pontos, superando o limite máximo de 7.584 pontos de deficiência leve, verificando que o servidor pode possuir limitações de saúde relevantes, mas, sob o critério biopsicossocial legalmente eleito, não se qualifica como pessoa com deficiência par fins previdenciários.

No mesmo parecer fica evidente que a Administração não pode ampliar hipótese de aposentadoria diferenciada por interpretação extensiva, dada a excepcionalidade dos regimes de aposentação especial (art. 40, § 4º., CV; art. 18 da LC nº. 1.517/2025) e a estrita legalidade (art. 37, *caput*, CF), sob pena de responsabilização e de negativa de registro pelo TCE/PR (art. 46 da LC nº. 1.517/2025).

III. DA CONCLUSÃO

Considerando a legislação constitucional e municipal aplicável, bem como a comprovação documental apresentada através do resultado da avaliação biopsicossocial realizada pela equipe multiprofissional, comprovando que o servidor não atende os requisitos legais para enquadramento como pessoa com deficiência para fins de aposentadoria, voto pelo **INDEFERIMENTO** do recurso interposto.

Maringá, 06 de Outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
HERMES SALGUEIRO DA SILVA
Data: 07/10/2026 17:31:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HERMES SALGUEIRO DA SILVA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
MARINGÁ PREVIDÊNCIA

RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS
Setembro de 2026

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - FUNDO EM REPARTIÇÃO

Fundo em Repartição - Receita 2026								
Mês	**Contribuição Patronal**	**Contribuição Servidor**	**Contribuição Inativo/Pensionista**	**Rendimentos Aplicação Financeiras**	**Compensação Previdenciária**	**Outras Receitas**	**Aporte Por Insuf. Financeira**	**Total Geral**
JANEIRO	3.932.304,86	3.933.299,58	274.903,13	42.359,53	3.678.629,72	-	9.000.000,00	**20.861.496,82**
FEVEREIRO	3.985.068,61	3.983.027,51	275.662,27	74.506,48	2.004.984,50	-	9.000.000,00	**19.323.249,37**
MARÇO	4.097.224,33	4.094.052,98	316.432,39	98.006,42	3.855.518,31	-	11.900.000,00	**24.361.234,43**
ABRIL	4.163.794,37	4.153.661,25	317.902,38	174.517,49	1.116.408,96	-	6.100.000,00	**16.026.284,45**
MAIO	4.072.195,07	4.083.320,14	320.458,28	168.148,39	2.148.149,25	-	9.000.000,00	**19.792.271,13**
JUNHO	4.147.683,87	4.148.301,55	322.148,40	182.754,90	4.553.317,59	-	9.000.000,00	**22.354.206,31**
JULHO	4.186.382,90	4.198.708,76	324.544,55	182.510,24	1.761.719,84		9.000.000,00	**19.653.866,29**
AGOSTO	4.276.275,18	4.278.388,43	325.973,24	178.403,79	1.078.593,45	-	9.000.000,00	**19.137.634,09**
SETEMBRO	4.534.321,84	4.535.445,91	327.851,46	183.681,51	1.788.411,62	6.311,25	9.000.000,00	**20.376.023,59**
TOTAL	**37.395.251,03**	**37.408.206,11**	**2.805.876,10**	**1.284.888,75**	**21.985.733,24**	**6.311,25**	**81.000.000,00**	**181.886.266,48**

Fundo em Repartição - Receita 2026 - Despesas 2026 (Liquidada)					
Mês	**Aposentadorias**	**Pensões**	**Compensação Previdenciária**	**Outras Despesas**	**Total**
JANEIRO	14.276.644,76	2.103.967,48	-	-	**16.380.612,24**
FEVEREIRO	14.388.257,49	2.105.381,89	76.302,59	-	**16.569.941,97**
MARÇO	15.113.732,80	2.264.353,07	104.395,04	-	**17.482.480,91**
ABRIL	15.176.059,45	2.231.979,18	131.654,56	-	**17.539.693,19**
MAIO	15.247.965,72	2.248.173,46	147.287,18	-	**17.643.426,36**
JUNHO	21.353.042,76	3.152.457,82	262.096,87	-	**24.767.597,45**
JULHO	15.382.252,73	2.264.090,54	190.358,86	-	**17.836.702,13**
AGOSTO	15.460.431,21	2.262.629,69	212.723,30	-	**17.935.784,20**
SETEMBRO	15.551.425,64	2.275.655,91	819.363,46	256.686,31	**18.903.131,32**
TOTAL	**141.949.812,56**	**20.908.689,04**	**1.944.181,86**	**256.686,31**	**165.059.369,77**
				Saldo Bancário do Fundo em Repartição em 30/09/2026	**18.581.242,01**

APOSENTADORIAS E PENSÕES - FUNDO EM REPARTIÇÃO															
Beneficiários	**Jan**	**Fev**	**Mar**	**Abr**	**Mai**	**Jun**	**Jul**	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**	**Total/2026**	**Total Geral**	**Benefício Médio**
Aposentados	17	32	14	12	12	13	24	20	23				167	**2.902**	5.358,86
Pensionistas	0	3	5	3	1	5	5	4	3				29	**602**	3.780,16
Total	**17**	**35**	**19**	**15**	**13**	**18**	**29**	**24**	**26**	**0**	**0**	**0**	**196**	**3.504**	**5.087,64**

ATIVOS
5.795

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Fundo em Capitalização - Receita 2026

Mês	Contribuição Patronal	Contribuição Servidor	Contribuição Inativo/Pensionista	Rendimentos Aplicação Financeiras	Juros Emp. Consignados	Parcelamentos	Compensação Previdenciária	Aluguel	Outras Receitas	Total
JANEIRO	2.447.049,91	2.448.122,48	132.313,15	9.806.978,73	40.969,27	23.719,12	33.903,35	3.944,85	-	**14.937.000,86**
FEVEREIRO	2.435.152,94	2.433.378,36	132.251,21	9.094.796,83	30.202,46	23.871,68	37.254,41	3.944,85	-	**14.190.852,74**
MARÇO	2.578.069,53	2.553.339,74	152.607,14	15.589.933,30	65.222,64	23.996,98	21.980,38	3.944,85	-	**20.989.094,56**
ABRIL	2.601.825,74	2.605.465,89	148.849,06	16.092.586,55	85.947,18	24.133,44	41.694,58	3.944,85	-	**21.604.447,29**
MAIO	2.484.623,72	2.484.643,49	148.849,06	13.072.531,94	97.789,19	24.352,42	17.985,67	3.944,85	-	**18.334.720,34**
JUNHO	2.683.565,66	2.682.067,04	148.072,04	12.573.562,18	110.594,79	24.527,21	20.273,80	3.944,85	-	**18.246.607,57**
JULHO	2.692.588,03	2.698.780,70	146.681,15	7.904.222,57	132.463,08	24.715,08	32.760,28	3.944,85	-	**13.636.155,74**
AGOSTO	2.770.203,05	2.770.949,93	147.044,17	6.037.719,23	77.798,27	24.837,94	12.848,62	3.944,85	-	**11.845.346,06**
SETEMBRO	3.006.862,05	3.006.941,78	147.044,17	8.952.065,14	165.696,05	24.907,71	20.139,74	3.944,85	-	**15.327.601,49**
TOTAL	**23.699.940,63**	**23.683.689,41**	**1.303.711,15**	**99.124.396,47**	**806.682,93**	**219.061,58**	**238.840,83**	**35.503,65**	**-**	**149.111.826,65**

Fundo em Capitalização - Despesa 2026 (Liquidada)

Mês	Aposentadorias	Pensões	Compensação Previdenciária	Outras Despesas	Total
JANEIRO	6.594.786,00	1.039.505,95	-	-	**7.634.291,95**
FEVEREIRO	6.603.888,96	1.031.996,98	4.318,26	-	**7.640.204,20**
MARÇO	6.885.471,26	1.146.187,71	283,79	-	**8.031.942,76**
ABRIL	6.890.604,42	1.109.636,16	283,79	-	**8.000.524,37**
MAIO	6.914.142,08	1.124.353,83	283,79	-	**8.038.779,70**
JUNHO	9.667.004,20	1.513.194,82	283,79	-	**11.180.482,81**
JULHO	6.925.871,02	1.083.731,41	283,79	-	**8.009.886,22**
AGOSTO	6.928.916,90	1.066.614,38	283,79	-	**7.995.815,07**
SETEMBRO	6.927.056,41	1.062.642,91	283,79	-	**7.989.983,11**
TOTAL	**64.337.741,25**	**10.177.864,15**	**6.304,79**	**-**	**74.521.910,19**
				Saldo Bancário do Fundo em Capitalização em 30/09/2026	**1.381.276.797,69**

CONSOLIDADO	
ATIVOS	**11.256**
INATIVOS	**5.154**
EQUIVALÊNCIA	**2,18**

APOSENTADORIAS E PENSÕES - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO

Beneficiários	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total/2026	Total Geral	Benefício Médio
Aposentados	6	9	6	3	10	3	2	6	3				48	**1.326**	5.224,02
Pensionistas	2	3	4	7	5	0	1	0	0				22	**324**	3.279,76
Total	**8**	**12**	**10**	**10**	**15**	**3**	**3**	**6**	**3**	**0**	**0**	**0**	**70**	**1.650**	4.842,24

ATIVOS
5.461

Receitas e Despesas - Maringá Previdência - ÓRGÃO GERENCIADOR

Órgão Gerenciador - Receita 2026						
Mês	**Taxa de Administração**	**Complemento da Taxa de Admin**	**Rendimentos Aplicação Financeiras**	**Outras Receitas**	**Interferência Financeira (*)**	**Total Geral**
JANEIRO	728.999,31	36.449,97	198.292,55	22,65	1.500.000,00	**2.463.764,48**
FEVEREIRO	733.911,29	36.695,56	179.619,87	14.270,54	750.000,00	**1.714.497,26**
MARÇO	761.573,09	38.078,65	207.327,77	30.389,76	750.000,00	**1.787.369,27**
ABRIL	773.213,91	38.660,70	203.528,16	11.066,89	700.000,00	**1.726.469,66**
MAIO	749.320,13	37.466,01	209.284,12	29.146,01	700.000,00	**1.725.216,27**
JUNHO	782.529,43	39.126,47	224.033,86	33.494,65	700.000,00	**1.779.184,41**
JULHO	804.364,99	40.218,25	250.441,03	38.515,27	1.550.000,00	**2.683.539,54**
AGOSTO	805.282,26	40.264,11	236.905,56	43.018,93	1.450.000,00	**2.575.470,86**
SETEMBRO	861.872,79	43.093,64	236.204,23	49.728,05	1.450.000,00	**2.640.898,71**
TOTAL	**7.001.067,20**	**350.053,36**	**1.945.637,15**	**249.652,75**	**9.550.000,00**	**19.096.410,46**

-

Órgão Gerenciador - Despesas 2026 (Liquidada)											
Mês	**Folha de Pagamento Ativos**	**SAMA**	**PASEP**	**Despesa com Pessoa Física**	**Despesa com Pessoa Jurídica (**)**	**Despesas do Conselho da Complementar (*)**	**Bens Permanentes**	**Auxílio Social**	**Diárias, Restituições e Indenizações**	**Outras Despesas (***)**	**Total Geral**
JANEIRO	219.731,35	694.259,26	17.363,33	32.096,00	274.351,07	7.552,00	-	-	-	16.124,48	**1.261.477,49**
FEVEREIRO	216.886,73	695.182,75	9.637,64	32.096,00	236.304,95	7.552,00	-	-	10.780,00	10.013,00	**1.218.453,07**
MARÇO	212.766,42	697.345,29	9.644,97	33.540,32	138.806,44	7.891,84	-	-	26.950,00	11.374,85	**1.138.320,13**
ABRIL	230.141,60	697.551,27	10.373,69	33.540,32	98.134,85	7.891,84	-	-	2.716,83	12.457,68	**1.092.808,08**
MAIO	205.150,78	698.993,13	10.264,69	33.540,15	117.501,32	7.891,80	-	-	3.402,43	25.770,02	**1.102.514,32**
JUNHO	323.915,98	699.817,05	10.252,16	50.310,31	115.672,06	11.837,72	1.300,00	-	15.857,86	12.424,90	**1.241.388,04**
JULHO	238.889,40	700.434,99	10.791,84	50.310,31	137.766,67	11.837,72		-	15.881,20	24.029,06	**1.189.941,19**
AGOSTO	238.629,11	703.524,69	11.335,39	50.310,31	65.664,13	11.837,72	-	739.800,00	1.260,75	12.290,55	**1.834.652,65**
SETEMBRO	249.386,70	718.458,24	11.254,70	50.310,31	196.029,39	11.837,72	-	737.500,00	44.056,72	15.905,09	**2.034.738,87**
TOTAL	**2.135.498,07**	**6.305.566,67**	**100.918,41**	**366.054,03**	**1.380.230,88**	**86.130,36**	**1.300,00**	**1.477.300,00**	**120.905,79**	**140.389,63**	**12.114.293,84**
										Saldo Bancário da Taxa de Administrativa em 30/09/2026	**23.969.472,86**

* O SAMA, o Conselho de Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar, Auxílio Social para Aposentados e Pensionistas e o Salário Família não são despesas pertinentes ao RPPS, sendo assim são arcados com recurso livre repassado pela PMM através de Interferência Financeira.

** Despesa com Pessoa Jurídica refere-se às contratações de serviços em geral prestados por pessoas jurídicas, incluindo consultorias, sistemas de informação, telefonia, energia elétrica, condomínio e demais serviços correlatos.

*** Outras Despesas referem-se, principalmente, a gastos de consumo destinados à manutenção do Órgão Gerenciador, tais como materiais de expediente, materiais de limpeza e demais itens correlatos.

Relatório Elaborado pela Contabilidade - Sujeito a Alterações.